



**Governo do Estado de São Paulo  
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo  
Comitê de Auditoria**

**ATA DE REUNIÃO**

**Nº do Processo:** 271.00000542/2024-96

**Interessado:** Prevcom

**Assunto:** Ata 79ª com Comitê de Auditoria

**ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA  
(COAUD) DA PREVCOM**

**Data:** 21 de julho de 2026, **Horário:** 14h00 às 18h20

**Local:** Reunião Remota (Plataforma Microsoft Teams)

**1. PARTICIPANTES**

A 79ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria (COAUD) contou com a presença de todos os seus membros estatutários, além do Diretor-Presidente e demais convidados da Fundação.

**Membros do Comitê de Auditoria (COAUD):**

- **Leandro Fernandes Pereira** – Coordenador do Comitê
- **Guilherme Ângelo Lopes** – Membro do Comitê
- **Marcelo Otavio Wagner** – Membro do Comitê

**Convidados e Colaboradores Apresentadores (PREVCOM):**

- **Sylvio Eugenio** – Diretor-Presidente
- **Renata Simões de Souza** – Responsável pelas áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade (GRC)
- **Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues** – Chefe da Auditoria Interna
- **Maria Izabel Canavese Dutra** – PREVCOM
- **Paulo Alessandro da Silva Bueno** – PREVCOM

**Organizador da Reunião:**

- **Sadrak Alves de Lima** – Organizador (PREVCOM)

Com a confirmação da presença de todos os membros e a verificação do quórum regulamentar, a sessão de trabalhos foi aberta às 14h00. Os convidados participaram da sessão nos intervalos correspondentes aos respectivos itens de pauta, conforme registro de presença da plataforma.

## **2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

### **1. Assuntos internos do COAUD**

Nos termos da convocação, o Comitê tratou, em sessão restrita a seus membros, dos assuntos internos, compreendendo a apreciação da ata da 78ª Reunião Ordinária e a leitura das atas da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

### **2. Apresentação do Diretor-Presidente – ações do 1º semestre de 2026**

O Diretor-Presidente, Sr. Sylvio Eugenio, participou de sua primeira reunião com a atual composição do Comitê e registrou, em caráter preliminar, sua concepção sobre o papel da auditoria e da área de Gestão de Riscos, relatando que a atuação dessas áreas produziu ganhos expressivos de conformidade. Consignou que as manifestações da Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos são acolhidas pela Administração e que os diretores compartilham o mesmo objetivo de segurança.

#### **a) Tratamento dos achados de gestão de acessos**

O Diretor-Presidente relatou que, recebido o relatório da Auditoria Interna, determinou em reunião de Diretoria Executiva que cada diretoria promovesse revisão imediata dos acessos concedidos, com apresentação de ação corretiva e de ação preventiva no menor prazo possível, providências formalizadas no dia seguinte pelas áreas envolvidas. Ponderou que a Fundação vive processo de transição estrutural, encontrando-se hoje em patamar superior ao de exercícios anteriores, ainda que aquém do estágio pretendido.

Registrou, ainda, entendimento de que o diagnóstico merece aprofundamento antes do encerramento do relatório, mediante a colheita da manifestação formal das áreas de negócio e a verificação específica dos controles existentes, de modo a dimensionar adequadamente o risco operacional. Solicitou, nesse sentido, prazo adicional para complementação do trabalho, tendo o Comitê acolhido a pertinência da ponderação e deliberado alinhar o encaminhamento com a Chefe da Auditoria Interna.

#### **b) Programa Integrado de Fortalecimento Sistêmico**

O Diretor-Presidente informou que se encontra em fase final de formalização nota técnica instituindo programa integrado de fortalecimento sistêmico, a ser submetido à deliberação da Diretoria Executiva, reunindo o conjunto de contratações em curso: sistema de gestão previdenciária com funcionalidades de ERP, sistema de investimentos e sistema de gestão de pessoas com integração nativa, contratação de infraestrutura, banco de dados e hospedagem, além da plataforma de CRM já contratada. Consignou que o exercício de 2026 foi declarado, no planejamento estratégico, como o ano dedicado à transição sistêmica.

Quanto ao sistema previdencial vigente, esclareceu que a solução atual foi originalmente dimensionada para entidade de menor porte e não acompanhou o crescimento da Fundação, razão pela qual a sua substituição foi adotada como medida estruturante de modernização. Registrou que o processo de contratação encontra-se em andamento, com o Termo de Referência em conclusão após construção colaborativa entre as áreas e implantação planejada em fases. Informou, ainda, tratativa de acordo de cooperação com entidade congênere que utiliza solução equivalente, para compartilhamento recíproco de desenvolvimentos e propriedade intelectual.

#### **c) Estratégia, gestão de ativos e cotização**

A convite do Sr. Marcelo Otavio Wagner, o Diretor-Presidente expôs a visão estratégica da Fundação, orientada à ampliação do propósito institucional — da gestão de planos para a geração de prosperidade ao segurado, ao seu núcleo familiar e ao ente patrocinador —, com foco em personalização de produtos e serviços. Na gestão de ativos, informou estar em desenvolvimento, com apoio de consultoria especializada,

política estruturada em estratégias temporais, com carteiras teóricas segmentadas pelo horizonte remanescente até a aposentadoria e migração progressiva entre elas, superando o modelo atual de estratégia única aplicada indistintamente a todos os participantes.

O Sr. Marcelo Otavio Wagner registrou que o modelo corresponde às *target date funds* adotadas internacionalmente e ponderou que sua implementação depende necessariamente de estrutura de fundos e de cotização diária, razão pela qual o Comitê vem insistindo no tema. O Diretor-Presidente manifestou concordância, registrando como objetivo o cálculo diário da cota e a consequente informação tempestiva de saldo ao participante, condicionado à implantação dos novos sistemas e à revisão dos processos. Foram também mencionados como diretrizes a redução da taxa de administração mediante ganho de escala e automação, a criação de novos planos e serviços e a realização de estudo atuarial do Plano de Gestão Administrativa.

#### **d) Gestão de riscos e consolidação dos planos de ação**

Questionado sobre a incorporação da gestão de riscos ao ciclo de planejamento estratégico (*risk-based planning*), o Diretor-Presidente esclareceu não ser viável no ciclo de 2026, cuja conclusão está prevista para setembro, por depender da fronteira de risco e dos limites de tolerância ainda não traçados, mas assumiu o compromisso de incorporá-la ao ciclo de 2027. Informou, para tanto, três frentes em contratação: mapeamento integral de processos, consultoria especializada para a metodologia e a declaração de apetite e tolerância a riscos, e assessoria específica para os riscos de proteção de dados pessoais.

Quanto aos planos de ação, o Diretor-Presidente registrou ter solicitado à Auditoria Interna e à área de GRC trabalho de consolidação e avaliação da possibilidade de que uma mesma ação atenda a mais de um plano. Manifestou expectativa quanto à ferramenta eletrônica implantada, que passará a contemplar também os planos táticos e operacionais vinculados aos objetivos estratégicos, com gestão visual e alertas de prazo, e concordou com a necessidade de maior governança sobre as prorrogações. O Comitê registrou preocupação quanto ao alcance da consolidação, consignando que ela não pode implicar renúncia ao atendimento das recomendações emitidas. Registrou ainda a necessidade de que a totalidade da Diretoria Executiva compartilhe a mesma leitura de prioridade atribuída pelo Diretor-Presidente ao aprimoramento do sistema de controles internos, tendo em vista o ritmo acelerado de crescimento da Entidade. Os membros do Comitê registraram reconhecimento quanto à evolução observada na Fundação, mencionando expressamente a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação como evidência do compromisso institucional com o tema.

### **3. Conformidade, Gestão de Riscos e Planos de Ação**

A Sra. Renata Simões de Souza apresentou a posição dos planos de ação dos riscos altos e críticos, tendo os membros do Comitê elogiado a reformulação do modelo de apresentação, considerado mais claro para o acompanhamento.

**Planos de ação:** permanecem 9 planos em aberto entre os classificados como críticos e altos, sem alteração quantitativa no período.

**Projeto Salesforce:** o mapeamento dos processos atuais foi integralmente concluído pela Fundação; a consultoria contratada concluiu o primeiro ciclo do desenho futuro e a maior parte do segundo ciclo, encontrando-se parte relevante dos fluxos já parametrizados na plataforma, pendentes de homologação pelas Diretorias de Segurança e de Relacionamento Institucional. Encontra-se em análise pela área de conformidade a adequação à legislação de proteção de dados pessoais dos dados a serem tratados.

**Plano de recuperação de desastres:** a respectiva etapa operacional está prevista para setembro de 2026, condicionada à aprovação do procedimento pela Diretoria.

**Serviços de segurança cibernética:** em razão de orientação do órgão estadual competente pela avaliação das contratações de tecnologia da informação, a contratação foi redirecionada para prestador público que disponibiliza os referidos serviços, encontrando-se em definição o instrumento jurídico adequado.

**Seguro cibernético:** diante das condições restritivas do mercado segurador para esse tipo de risco, a Fundação promoveu o ajuste dos parâmetros da contratação — prazo e limites de cobertura — e a republicação da pesquisa de preços. O Sr. Marcelo Otavio Wagner acrescentou que o segmento registra demanda superior à oferta e elevada seletividade das seguradoras, fatores que concorrem para a dificuldade

observada.

**Acordos de nível de serviço (SLA):** foi apresentado plano de inclusão de SLA em contratos selecionados por critérios de complexidade e volume financeiro, todos vinculados a atividades finalísticas, com cronograma de implementação ao longo do exercício. Os contratos novos já são celebrados com SLA, aspecto verificado nos testes de eficácia de controles em curso.

**Capacitação de gestores e fiscais de contratos:** treinamento agendado para 20 e 21 de agosto de 2026, dividido em duas turmas, em continuidade ao programa iniciado no exercício anterior, dada a centralidade da figura do fiscal na atestação do recebimento e na aplicação de penalidades contratuais.

**Distribuição por seguradora parceira:** não houve, no período, registro de manifestações na Ouvidoria relativas à conduta de agentes, realizando a área de atendimento monitoramento por indicadores, com apuração de eventuais distorções.

**Normativos:** foram reportadas a atualização do Regulamento de Investimentos, objeto de manifestação extensa da área de GRC, e a revisão do Regulamento de Contratação e Gestão de Contratos e do regulamento aplicável aos cargos de provimento em comissão, ambos com reforço relevante de controles e de regras de integridade. Em razão de alteração relativa à negociação de títulos públicos, será necessária a revisão de item da política de alçadas. A nota técnica da Política de Gestão de Riscos encontra-se em revisão pelo Grupo de Trabalho de Normas Internas, acompanhada de quadro comparativo, e foi concluída a revisão da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

**Indicadores de conformidade:** em razão do tempo disponível, os indicadores não foram apresentados, tendo o Comitê concordado com o encaminhamento prévio do material para análise e posterior debate na reunião subsequente.

#### **a) Gestão do contencioso judicial**

O Sr. Marcelo Otavio Wagner registrou que o Comitê recebeu, na semana anterior, relatório do escritório contratado e planilha com o detalhamento das ações judiciais, sem que os documentos viessem acompanhados de análise crítica da área responsável, não sendo possível identificar a existência de processo estruturado de gestão do contencioso, a evolução do estoque, as causas geradoras e o potencial impacto financeiro. Ponderou a relevância de identificar se eventual impacto recairá sobre o Plano de Gestão Administrativa ou sobre os planos de benefícios, hipótese em que haveria repercussão sobre a cota dos participantes.

Foi esclarecido que o tema é reportado semestralmente no relatório de controles internos submetido ao Conselho Fiscal e que a titularidade do risco recai sobre a assessoria jurídica. A área de GRC comprometeu-se a levantar a informação junto à área responsável e à Diretoria e retornar ao Comitê.

### **4. Auditoria Interna – andamento do PAINT e planos de ação**

**Auditoria especializada em cibersegurança:** foram elaborados e assinados os documentos instrutórios da contratação, com verba aprovada por nota técnica da Presidência. O processo foi encaminhado à área de Compras, com publicação e recebimento de propostas, prorrogado o prazo em razão do volume de questionamentos apresentados pelos interessados. Adotou-se critério de julgamento por técnica e preço, de modo a assegurar experiência específica em auditoria, tendo a Auditoria Interna solicitado à área de Compras as diligências necessárias à competitividade do certame. O escopo contempla teste de intrusão, com expectativa de contratação até o final de agosto e início dos trabalhos em setembro de 2026.

**Previsão orçamentária para 2027:** o documento de formalização da demanda foi assinado pelo Diretor-Presidente e submetido às análises orçamentárias da Diretoria Administrativa e da Diretoria Executiva, com aprovação prevista para setembro de 2026, destinando-se a trabalhos de auditoria de governança de tecnologia e ao reteste, preferencialmente no segundo semestre de 2027, após a implantação dos novos sistemas.

**PREVIC e TCE:** não houve demandas específicas dirigidas à Auditoria Interna no período.

**Governança dos planos de ação (ferramenta SGAPA):** a ferramenta foi apresentada aos diretores em duas reuniões da Diretoria Executiva, com boa receptividade. Concluído o piloto na Diretoria de Tecnologia

da Informação, as cargas relativas às Diretorias Administrativa, de Investimentos e de Relacionamento Institucional foram encaminhadas à área de TI em 17 de julho, seguindo-se, na semana da reunião, a carga dos planos da Presidência e da Diretoria Executiva. A meta é que, até 10 de agosto de 2026, todas as diretorias atualizem seus planos exclusivamente na ferramenta, com treinamentos programados para a primeira quinzena do mês.

#### **a) Gestão de acessos – Relatório 002/2026**

A Chefe da Auditoria Interna informou que os resultados do trabalho foram apresentados à Diretoria Executiva e que a Diretoria de Tecnologia da Informação efetuou processo específico de correção, solicitando às diretorias a revisão dos perfis, com a devida atualização dos acessos e a reavaliação dos perfis de consulta. Todas as diretorias responderam formalmente, tendo a área de TI encaminhado as providências e ficado de remeter resposta formal à Auditoria Interna quanto ao encerramento.

#### **b) Auditoria do fechamento da cota**

Os trabalhos foram formalmente iniciados junto à Diretoria de Seguridade em 30 de junho. O Sr. Marcelo Otavio Wagner registrou que o prazo atualmente observado para o fechamento da cota constitui oportunidade de melhoria, com reflexos sobre a estratégia de gestão de ativos apresentada pelo Diretor-Presidente, e que o trabalho em curso, embora não o resolva de imediato, será importante para a especificação do novo sistema.

#### **c) Critérios de prorrogação e tratamento do estoque de planos vencidos**

Foi informado que a proposta de critérios de prorrogação, objeto de manifestação favorável do Comitê, foi incorporado pela Auditoria Interna a redação mais restritiva, que estabeleceu teto absoluto de 90 dias ou 50% do prazo original, o que for menor. A Auditoria Interna submeteu ao Comitê proposta de tratamento do **estoque de planos já vencidos**, alguns originados em exercícios anteriores, por entender que a aplicação direta dos novos critérios a esse passivo não produziria efetividade.

**Deliberação:** o Comitê acolheu a abordagem transitória proposta. Registrou-se expressamente que os planos vincendos e as novas recomendações submetem-se integralmente aos novos critérios, de modo a preservar o efeito indutor da nova sistemática, e que os critérios aplicam-se indistintamente aos planos originados de auditoria, dos órgãos de controle e da gestão de riscos.

Foi acolhida, ainda, a equiparação dos riscos classificados como relevantes ao patamar dos riscos altos para fins de alçada de aprovação, suprimindo omissão da nota técnica original, bem como a sugestão do Sr. Guilherme Ângelo Lopes de que a apresentação ao Conselho Deliberativo indique, para cada plano, a data originalmente pactuada e a data vigente, evidenciando o tempo de postergação acumulado.

#### **d) Panorama dos planos de ação**

A base analisada em 20 de julho de 2026 registra **39 planos de ação ativos**, dos quais 25 vincendos e 14 vencidos, com 4 planos concluídos no período, referentes à elaboração de políticas e normas de gestão de pessoas, à política de contratação para processos seletivos, à corresponsabilidade da área de GRC na validação de recomendações e ao plano de trabalho das funções de gestão de riscos, controles internos e conformidade. Foi apresentada relação dos dez planos vencidos e dos dez vincendos de maior relevância, com indicação do número de prorrogações anteriores e do estágio informado pelo responsável.

### **3. RESUMO EXECUTIVO E FOLLOW UP**

Com base nas discussões e deliberações efetuadas na 79ª Reunião Ordinária, o Comitê de Auditoria definiu as seguintes prioridades para acompanhamento no próximo período:

**Redação das atas do Comitê (COAUD/Conselho Deliberativo):** adoção, nas atas do Comitê, de redação que preserve informações sensíveis, mantidos o conhecimento dos fatos e a declaração formal dos riscos em plano de ação, submetendo-se ao Conselho Deliberativo a definição de eventual modelo.

**Contratação da auditoria de cibersegurança (Auditoria Interna):** conclusão do certame com

asseguramento da competitividade, contratação até o final de agosto e início dos trabalhos em setembro de 2026.

**Ferramenta SGAPA (Auditoria Interna/DTI):** conclusão das cargas e atualização integral dos planos de ação na ferramenta por todas as diretorias até 10 de agosto de 2026, com os treinamentos programados.

**Gestão do contencioso judicial (GRC/Assessoria Jurídica):** levantamento quanto à existência de processo estruturado de gestão, titularidade do risco, evolução do estoque e potencial impacto sobre o PGA e sobre os planos de benefícios, com retorno ao Comitê.

**Seguro cibernético e serviços de segurança da informação (GRC/DTI):** acompanhamento da nova pesquisa de preços do seguro e da contratação dos serviços de segurança junto ao prestador público, com definição do instrumento jurídico e do cronograma.

**Indicadores de conformidade (GRC):** encaminhamento prévio do material ao Comitê para análise e deliberação na próxima reunião ordinária.

**Cotização e auditoria da cota (Diretoria de Seguridade/Auditoria Interna):** execução do trabalho e utilização de seus resultados na especificação do novo sistema.

#### 4. ENCERRAMENTO

Tendo em vista o cumprimento da pauta programada, e sem outras pendências remanescentes, encerrou-se a reunião às **18h20**. E, para constar, eu, Leandro Fernandes Pereira, Coordenador do Comitê de Auditoria e como secretário da reunião, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes.

São Paulo, 21 de julho de 2026.

---

**Leandro Fernandes Pereira Guilherme Ângelo Lopes**

*(Coordenador do COAUD) (Membro do COAUD)*

---

**Guilherme Ângelo Lopes**

*(Membro do COAUD)*

---

**Marcelo Wagner**

*(Membro do COAUD)*

São Paulo, na data da assinatura digital.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Otavio Wagner, Membro**, em 19/08/2026, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Angelo Lopes, Membro**, em 19/08/2026, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Fernandes Perreira, Membro**, em 19/08/2026, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **0118250628** e o código CRC **EBA005E5**.

---